



EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DA COMISSÃO DOS DIREITOS DO CONSUMIDOR E DO CONTRIBUINTE E DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA

REQUERIMENTO

O Deputado que este subscreve, nos termos do art. 164 do Regimento Interno, requer a Vossa Excelência seja submetida aos Membros desta Comissão a realização de Audiência Pública, com data a definir, objetivando debater a regulamentação do Sistema Financeiro Nacional (SFN), os impactos do fechamento de agências bancárias em Santa Catarina e no Brasil, bem como os efeitos da crescente adoção da inteligência artificial sobre o trabalho bancário e o atendimento à população, considerando que:

- o Sistema Financeiro Nacional desempenha papel estratégico para o desenvolvimento econômico, a circulação de riquezas e a inclusão financeira da população brasileira, sendo de interesse público o debate sobre seu funcionamento e seus impactos sociais;

- compete ao Parlamento promover o diálogo com a sociedade e fiscalizar temas de relevante interesse coletivo, especialmente aqueles relacionados à defesa dos consumidores, à prestação de serviços essenciais e aos impactos econômicos e sociais decorrentes da atuação das instituições financeiras;

- o fechamento de agências bancárias em municípios catarinenses tem reduzido o acesso da população aos serviços financeiros presenciais, afetando especialmente pessoas idosas, aposentados, moradores de áreas rurais, pessoas com deficiência e cidadãos com menor acesso às tecnologias digitais;

- a expansão da automação, da digitalização dos serviços financeiros e da utilização de ferramentas de inteligência artificial vem promovendo profundas transformações no setor bancário, com reflexos sobre os postos de trabalho, as condições laborais, a proteção de dados pessoais, a transparência dos sistemas utilizados e a qualidade do atendimento prestado à população; e

- a realização de Audiência Pública permitirá que esta Assembleia Legislativa contribua para o aperfeiçoamento das políticas públicas e para a construção de propostas que fortaleçam o papel social do sistema financeiro, garantindo que a inovação tecnológica esteja alinhada aos interesses da sociedade e à valorização do trabalho humano.

Sala da Comissão,

Deputado Padre Pedro Baldissera

